

TERRITÓRIOS E PERTENCIMENTO

Pixo, n.22, v.6, 2022

Revista Pixo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

André Carrasco: Em relação a ideia de território, também penso que devemos compreendê-la como uma relação social historicamente constituída. E, se vivemos em um contexto no qual podemos considerar que todas as relações sociais são condicionadas pelas determinações de uma sociedade mundial produtora de mercadorias, estas também incidem sobre o território, que passa a apresentar-se fundamentalmente como território do capital. Desse modo, o território assume, simultaneamente, os pressupostos e objetivos do capital e seus limites e contradições internas, constituindo-se tanto como suporte para formas avançadas de produção, apropriação e acumulação quanto como lugar de crítica e subversão de sua própria natureza, pressupostos e objetivos. Finalmente, parece evidente que os termos dessa contradição não se desenvolvem em uma relação de equilíbrio, na medida em que o caráter instrumental do território prevalece como regra.

Revista Pixo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

André Carrasco: Em relação ao território, a arquitetura e urbanismo, enquanto atividade produtiva, salvo raras exceções, alinha-se a uma perspectiva que naturaliza a compreensão do território enquanto território do capital. Em relação ao papel do arquiteto e urbanista creio que não pode ser outro que não seja o de sujeito de um movimento de crítica, explorando e aprofundando as contradições de seu campo de atuação que envolvam estas noções, de modo a superar idealizações ingênuas e assim construir alternativas para enfrentar estas perspectivas hegemônicas e as formas como elas se expressam no espaço urbano.

Revista Pixo: O que você pensa sobre a temática “cidadania e território”?

Daniele Caron: Entendo que o território só pode ser pensado a partir dos processos de disputa que o constituem histórica e cotidianamente. O reconhecimento da conflituosidade e da diferença como condição intrínseca ao urbano é fundamental para o entendimento do território, o qual está ligado às suas dinâmicas de uso. Milton Santos já nos alertava para essa questão dizendo que o território deve ser entendido como território usado, ou seja, carregado de sentidos dados por relações de complementaridade e conflito. Esse pensamento de Santos nos conduz à ideia de que, se por um lado os sujeitos que formam parte de grupos hegemônicos concebem o território como recurso – matéria a ser explorada, por outro, os grupos subalternizados, excluídos e estigmatizados, têm o território como abrigo – conjunto de ações, com o qual desenvolvem uma infinidade de táticas e estratégias para sobrevivência. Pensar território nos remete ao sentido de pertencimento, e esse pertencimento por sua vez é condicionado por dinâmicas de poder. O poder de grupos hegemônicos sobre grupos subalternizados se expressa no território como espaço uma vez que opera delimitações, circunscreve e estigmatiza comunidades. Esse mesmo poder opera o desmonte do sentido de pertencimento quando não reconhece o tempo de uso, as memórias e as narrativas que constituíram determinado território, forçando transformações urbanas excludentes, convocadas pelo capital financeirizado que fabrica paisagens em poucos meses. Esta velocidade é própria da ordem liberal democrática, que segundo Raquel Rolnik, pauta a organização das economias e sociedades em seus vínculos com o território desde o período do Iluminismo. À aliança entre Estado e mercado que opera em grande medida a governabilidade das cidades, não interessa os tempos das práticas

cotidianas que fazem acontecer a vida em territórios considerados 'irregulares', 'informais', 'espontâneos', 'marginalizados'. O apagamento de territorialidades engendradas ao longo de décadas de uso desses territórios eliminam os espaços que abrigam o outro. Esse imenso outro que não está incluído nas possibilidades da vida urbana capitalizada, esse outro permanentemente destituído de direitos por questões de raça, gênero e classe social, e que disputa os territórios desestabilizando a ordem dominante vigente. O sentido de pertencimento, portanto, está alicerçado na identificação com o território que lhe é familiar e de direito, ainda que esse direito seja constantemente ameaçado pelas dinâmicas capitalistas que regem a vida das cidades na atualidade.

A cidadania é exercida quando existe condição para esse pertencimento e para que o sujeito, o coletivo, a comunidade, possam ser visíveis naquele território. A visibilidade pode ser pensada como reconhecimento desse pertencimento. Se pertença a esse território e se ele me pertence, meu corpo e minhas ações possibilitam a visibilidade dos sentidos e significados convocados pelos meus modos de viver o mundo. A cidadania se dá a partir da condição de possibilidade do pertencimento e da visibilidade. A cidadania é o reconhecimento do sujeito enquanto cidadão que, inserido na trama do espaço urbano pleno de confrontos, tem seu direito à existência garantido podendo usufruir das funções, serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. Dito isso, entendo que a cidadania se dá na medida em que se tem a garantia do território usado e da visibilidade possível para o corpo individual e coletivo que opera cotidianamente a cidade e nela deposita suas memórias, seus vestígios, suas experiências de vida.

Revista Pixo: Como percebe a inserção da arquitetura e urbanismo no contexto de “cidadania e território”? Qual o papel do arquiteto e urbanista?

A arquitetura e o urbanismo que se desenvolvem a partir da capitalização da vida, lógica engendrada na modernidade, operam a partir de uma visão antropocênica e androcêntrica, uma existência universal devastadora, que vem apagando, rejeitando e assujeitando todas as outras. De um lado, um fazer cidade que está pautado por processos de subjetivação dominantes, enraizados em sistemas de opressão; na outra ponta, a própria materialidade dos objetos construídos legitima e torna-se agente ativo nesses processos que tem violentado as territorialidades não hegemônicas. Na medida em que o pensar-território nos leva a pensar relações desiguais de poder, me parece que o papel das/os operadoras/os do conhecimento, incluindo aqui planejadoras/ os, arquitetas/os e urbanistas/os, é pautar modos de ver-pensar-fazer cidades a partir da ruptura do regime discursivo que exclui as existências que escapam a essa universalidade. É desenvolver modos e metodologias dispostas à uma escuta ativa dos sujeitos, comunidades e territórios que perfazem a cidade cotidianamente, cujos direitos humanos e urbanos vem sendo histórica e sistematicamente suprimidos. É envolver-se em processos de emancipação social e política que se instauram no cotidiano dessas comunidades e que fabulam um comum, ainda que provisório, reivindicando o direito à cidade. A partir desse envolvimento com as experiências e as táticas de vida que tensionam a vida capitalizada e ousam um dizer-cidade para além da lógica neoliberal e colonial, arquitetas/os e urbanistas/os podem encontrar-se com saberes que vão do cotidiano à ancestralidade, e que podem e devem desestabilizar a disciplina a fim de afirmar uma ética planetária e uma política da partilha.